

**Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras – 2013****Curso: Redes de Políticas Públicas – O Desafio da Governança****Turma: 01****Professores:** Paulo Carlos Du Pin Calmon

Arthur Trindade Maranhão Costa

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE CASO

Para entender a variação na capacidade de governança das redes de políticas públicas, sugerimos analisar os seguintes aspectos das redes: a) história da rede; b) principais atores envolvidos; c) capital social; d) institucionalização; e sustentabilidade; f) estrutura e instrumentos de coordenação; g) comunicação e h) informação e análise.

a) História da Rede

A forma como se constituíram as redes de políticas públicas pode facilitar ou dificultar a governança. As redes são constituídas para cumprir tarefas variadas. Existem aquelas redes voltadas para a troca de informações – parceiros se unem exclusivamente para troca de informações sobre políticas, programas, tecnologias e soluções. As principais ações cabem apenas às agências isoladamente e não são compulsórias.

Há também as redes voltadas para o desenvolvimento – parceiros se unem para a troca informações e estabelecimento de parcerias técnicas, combinadas com



programas educativos, objetivando elevar a capacidade e o aperfeiçoamento das soluções no âmbito das jurisdições específicas de cada agência.

Além disso, temos Redes voltadas para a expansão – parceiros trocam informação e tecnologias, assim como compartilham oportunidades de obtenção de recursos e dados sobre clientes. O compartilhamento ocorre objetivando elevar o alcance das redes e a proposição de novos programas.

Finalmente, existem as redes centradas na ação – participantes se unem para realizar ajustes nas atividades inter-organizacionais, desenvolver novos cursos de ação colaborativos e produzir bens e serviços em conjunto. Paralelamente, há troca de informações e tecnologias.

b) Principais atores

Podemos distinguir dois tipos ideais de redes. As *comunidades políticas* (*policy networks*) são compostas por poucos atores que se caracterizam pela estabilidade das relações entre si, alto grau de interdependência e grande autonomia em relação às outras redes. Elas são bastante integradas e, normalmente, originaram-se a partir de temas de interesse governamental, tais como saúde, educação, ciência e tecnologia. O desafio destas redes é abrir-se a participação a outros atores fora da comunidade política tradicionalmente estabelecida.

Já as *redes temáticas* (*issue networks*) são um tipo ideal oposto. Elas possuem grande número de participantes que se reúnem em torno de temas específicos. São pouco estáveis, com estrutura atomizada e baixo grau de integração entre seus membros. Em uma rede temática, a distribuição de recursos entre atores dentro e fora do governo é assimétrica, embora não exista predominância a favor de nenhum

deles. O desafio institucionalizar as redes temáticas de forma que esta estrutura social continue a produzir políticas públicas coerentes.

c) Capital social

O grau de governança de uma rede de políticas públicas depende da existência de capital social. Em outras palavras depende: (i) do estabelecimento de um clima de credibilidade e confiança mútua entre esses atores, (ii) de uma ampla participação nos processos decisórios e (iii) da transparência, fiscalização e responsabilização das ações.

d) Institucionalização

Uma rede de políticas públicas bem estruturada deve ser institucionalizada, o que implica no estabelecimento de normas e procedimentos, que definam claramente as arenas decisórias e a divisão de competências e atribuições dos atores. Para isto, algumas redes estabelecem marcos regulatórios, destacando as competências de cada um dos atores envolvidos. Outras redes constituem fóruns específicos para discussão de temas e deliberação de propostas atuação.

e) Sustentabilidade

Não raro as ações preconizadas por uma rede são interrompidas em função da troca de governos, mudanças ministeriais, reorganizações administrativas,



interrupção de fluxo de recursos financeiros ou outros fatores externos. Em função disso, as redes estão sujeitas a um processo dinâmico, que requer contínua adaptação a transformações e a busca contínua de aperfeiçoamentos em sua forma de atuar. O grau de governança de uma rede depende da sua sustentabilidade. Ou seja, da capacidade de realizar ações contínuas e de longa duração.

f) Estrutura e Instrumentos de Coordenação

A concepção e implementação das ações numa rede implicam na existência de uma estrutura de coordenação capaz de articular a atuação dos diferentes atores. Algumas redes estabelecem secretarias de coordenação. Noutras redes, a coordenação das ações é realizada a partir de órgãos colegiados com ampla participação dos atores. Em qualquer dos casos, esta estrutura de coordenação deve gozar de legitimidade entre atores da rede.

Além de legitimidade, a estrutura de coordenação de uma rede precisa dispor também de instrumentos adequados para o exercício de suas atividades. O grau de governança de uma rede de políticas públicas depende também da qualidade destes instrumentos. Planejamento, diretrizes e contratos de cooperação são alguns dos principais instrumentos de coordenação das redes.

g) Comunicação

A forma como se estabelece a comunicação entre os atores que compõem uma rede de políticas públicas é fundamental a tomada de decisões e a implementação das

ações preconizadas. Ou seja, o grau de governança de uma rede depende da qualidade das interações entre os atores.

A comunicação pode ser analisada em duas dimensões: (i) interna (entre os atores governamentais) e (ii) externa (entre o governo e a sociedade). A boa comunicação entre atores implica no intercâmbio de informações e na existência de sistemas formais e informais de consultas mútuas. Algumas redes estabelecem estruturas organizacionais dedicadas à gestão da comunicação entre os atores da rede e entre esses atores e a sociedade. Noutras redes, esta comunicação é feita espontaneamente pelos atores.

h) Informação e análise

O planejamento e a implementação das ações demandam um fluxo de informações confiáveis e detalhadas sobre o tema e seus diferentes aspectos. Além disso, essas informações precisam ser analisadas e disseminadas em tempo hábil, de maneira a subsidiar o processo de tomada de decisão. Normalmente, para que esses objetivos sejam alcançados, é requerida uma estrutura especializada para geração e análise das informações. O grau de governança de uma rede de políticas públicas, depende da qualidade e confiabilidade das informações disseminadas entre os atores.